

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE
AO CRIME ORGANIZADO, VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO

PROJETO DE LEI Nº 7.304, DE 2002

Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de colete à prova de balas aos policiais militares e civis dos Estados e do DF.

Autor: Deputado CABO JÚLIO

Relator: Deputado ALBERTO FRAGA

I-RELATÓRIO

O nobre Deputado CABO JÚLIO propõe a obrigatoriedade de fornecimento de colete à prova de balas aos policiais militares e civis dos Estados e do Distrito Federal.

Entende o nobre parlamentar que a sua proposição permitirá maior segurança aos policiais durante as atividades de patrulhamento e no atendimento a determinadas ocorrências, ocasiões em que, muitas vezes, chegam a passar por graves e desnecessários riscos às suas integridades físicas, quando não, de suas próprias vidas. E prossegue, em circunstanciada justificção, na qual apresenta robustos argumentos para a aprovação de sua proposição.

O art. 2º do projeto de lei estabelece que as despesas decorrentes da sua aplicação “correrão por conta de destinações orçamentárias repassadas pela União aos Estados e DF”, observando-se, ainda, que o mesmo tramitou sem a apresentação de emendas.

II-VOTO DO RELATOR

Na forma do disposto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, XVIII, *d* e *g*), é da alçada desta Comissão Permanente a análise de matérias sobre segurança pública interna e seus órgãos institucionais, bem como de políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais.

Ao analisarmos o projeto em questão, nele pode ser identificado o inegável mérito de conduzir à melhoria das condições operacionais dos policiais, uma vez que maior segurança pessoal conduzirá a melhor desempenho.

Efetivamente, há de se endossar o pensamento que vai nesse sentido, pois devem ser preservadas a vida e a integridade física daqueles que destinam sua profissão para manter a segurança de cada cidadão e da sociedade como um todo.

O colete à prova de balas se constitui em um equipamento de proteção individual. Ora, equipamentos com essa classificação têm o seu fornecimento obrigatório pelas organizações àqueles que lhes prestam serviços em atividades de risco.

Como saltam aos olhos os permanentes riscos a que são submetidos os policiais no seus misteres do dia-a-dia, nada mais justo do que fazer com que a obrigatoriedade de fornecimento do colete à prova de balas, equipamento de proteção individual que é, alcance também os governos dos Estados e do DF, permitindo maior eficiência aos seus policiais, que poderão agir com maior segurança.

Afora isso, há de se cogitar uma significativa redução das despesas dos cofres públicos com hospitalizações, funerais e pensões por morte ou incapacidade física. E, o mais importante de tudo, o maior de todos os argumentos: melhores condições para a proteção da vida e da integridade física de seres humanos envolvidos no combate à criminalidade.

Cabe observar que, independentemente da obrigatoriedade legal aqui proposta, várias unidades da federação já fornecem este tipo de proteção aos seus policiais, o que, inequivocamente, reforça a argumentação em favor da proposição ora apresentada.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº
7.304, de 2002.

Sala da Comissão, em 25 de setembro de 2003.

Deputado ALBERTO FRAGA
Relator